

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024

VALIDADE DA ATA: 12 (DOZE) MESES

Aos vinte dias do mês de janeiro de 2025, na sede do Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico–SAMAE de Rio Negrinho, foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 30/2024, e do respectivo resultado publicado no Veículo Oficial de Divulgação dos Atos Oficiais do SAMAE de Rio Negrinho, que vai assinada pelo Senhor Valdir Firmo Caetano Júnior, na qualidade de Diretor Geral e pelos representantes legais dos licitantes classificados para registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No edital do Pregão Eletrônico nº 30/2024;

II - Nos termos do Decreto Municipal nº 15.259/2023;

III - No termos da Lei nº 14.133/2021;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA E EFLUENTES PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA, POÇOS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste edital, desta Ata.

Subcláusula Única: Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida à legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata do Registro de Preços não poderá ser superior a 01 (um) ano, limitada a quantidade estimada preestabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberá ao Setor de Compras do SAMAE de Rio Negrinho o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da publicação desta Ata, os participantes do SRP poderão efetuar compras diretamente aos fornecedores com preços registrados, devendo para tanto, adotar os seguintes procedimentos:

I – Emitir em 03 (três) vias da Ordem de Compra, conforme constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2024, sendo a primeira enviada ao fornecedor, a segunda ao departamento de contabilidade e a terceira, para arquivo do órgão/entidade contratante;

II – Comunicar ao Setor de Compras do SAMAE de Rio Negrinho, a recusa do detentor do registro de preços a fornecer os bens no prazo estabelecido na Ordem de Compra.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal de Registro de Preços nº 9352/2007, além das descritas a seguir:

Subcláusula Primeira: Competirá ao Setor de Compras do SAMAE de Rio Negrinho, na qualidade de Órgão Gerenciador do Registro de Preços o controle e administração do SRP, em especial:

I – Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

II – Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;

III – Conduzir procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

IV – Aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos nos Pregões;

V – Cancelar o registro do fornecedor detentor do preço registrado, em razão do disposto no Art. 17 do Decreto Municipal nº 9352 de 11 de maio de 2007;

VI – Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor.

Subcláusula Segunda: Caberá aos Órgãos Participantes:

I – Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive das alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando do seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

II – Indicar o gestor de compras, quando da necessidade de utilização desse instrumento, ao qual, além das atribuições previstas no art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

a) promover consulta prévia junto ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços, quando da necessidade de aquisições, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os preços a serem praticados, encaminhando, tempestivamente, as informações sobre aquisições efetivamente realizadas;

b) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a aquisição a ser procedida atende aos interesses do SAMAE, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços eventual desvantagem quanto à utilização;

c) zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e, em coordenação com o Órgão Gerenciador do Registro de Preços, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos;

d) informar ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços a recusa do detentor do preço registrado em realizar o fornecimento, bem como o não atendimento às condições estabelecidas no Edital e as firmadas nesta Ata de Registro de Preços, além das divergências relativas à entrega e às características do objeto licitado.

III – Realizar Pesquisa de Mercado, nos termos do inciso III do Art. 4º do Decreto Municipal nº 9352/2007 antes de efetivar aquisições de itens com preços registrados caso decorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura da Ata de Registro de Preços e desde que o item não tenha sido contemplado na última Pesquisa de Mercado realizada, visando verificar se os preços registrados estão de acordo com os praticados no mercado;

IV – Comunicar ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços, através de documento formal, a constatação de preço de mercado inferior ao registrado;

V – Para cada aquisição, abrir processo numerado e instituído contendo:

a) Certidão de consulta à Ata de Registro de Preços;

b) Comprovante de realização da Pesquisa de Mercado, caso decorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias do último preço publicado para o item; e

c) Posteriormente, uma via da Nota de Empenho, da Ordem de Compra e do Contrato quando for o caso.

Subcláusula Terceira: O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fica obrigado a:

a) atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participante do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência, mesmo que a execução do objeto esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

b) fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, no prazo estabelecido na Ordem de Compra.

c) O faturamento deverá ser global da licitante detentora do preço registrado diretamente ao SAMAE Rio Negrinho, conforme o caso, não admitida à subcontratação.

As notas fiscais deverão ser emitidas para:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SAMAE

CNPJ: 85.908.309/0001-37

Travessa Theodoro Junctum, nº 124, CENTRO - RIO NEGRINHO/SC - CEP: 89.295-000.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados são os preços unitários ofertados em cada item do Pregão Eletrônico nº 30/2024 contidos nas propostas das empresas signatárias desta Ata, os quais estão abaixo relacionados, segundo a classificação final de cada fornecedor no Processo Licitatório supracitado, e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado.

MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
01	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO A 20%, PARA FLUORETAÇÃO DE ÁGUA, EM CONTÊINER O PRODUTO FORNECIDO NA FORMA LÍQUIDA DE COLORAÇÃO CLARA, LEVEMENTE AMARELADO, FORTEMENTE ÁCIDO, COM ODOR PICANTE CARACTERÍSTICO E CORROSIVO, PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO, CONFORME NORMA ABNT NBR 15784:2023, ABNT NBR 14725:2023, ANEXO XX DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTERADO PELA PORTARIA Nº 888/2021. <u>PARÂMETROS:</u> TEOR DE H_2SiF_6: MÍNIMO DE 20% MÍNIMA DE 1,17 G/CM₃ ACIDEZ (DEVIDA A OUTROS ÁCIDOS EXPRESSOS EM HF): MÁXIMA DE 1% MATERIAL EM SUSPENSÃO: ISENTO	GR IND. E COM. DE PROD. QUIMICOS S.A. CNPJ: 03.157.268/0005-53	25.300 KG	R\$ 3,30
02	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO, ISENTO DE FERRO, EM SOLUÇÃO 50%, A GRANEL PRODUTO QUÍMICO USADO COMO COAGULANTE DE ÁGUA BRUTA PARA TRATAMENTO DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, CONFORME NORMA ABNT NBR 15784/2023 (PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO), ABNT NBR 14725:2023 PRODUTOS QUÍMICOS — INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE — ASPECTOS GERAIS DO SISTEMA GLOBALMENTE HARMONIZADO (GHS), CLASSIFICAÇÃO, FDS E ROTULAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS E ANEXO XX DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTERADO PELA PORTARIA Nº 888/2021. <u>PARÂMETROS:</u> TEOR DE $Al_2(SO_4)_3$: MÍNIMO DE 50% ÓXIDO DE ALUMÍNIO – Al_2O_3: 7,5 – 8,3% M/M FERRO TOTAL SOLÚVEL Fe_2O_3: MÁXIMO 0,25% M/M BASICIDADE LIVRE: MÁXIMO 0,4% M/M - Al_2O_3 ACIDEZ LIVRE: MÁXIMO 0,5% M/M - H_2SO_4 PH SOL. 1% (M/V) A 25°C: 3,5 - 4,2 ANTIMÔNIO: MÁXIMO DE 2MG/KG ARSÊNIO: MÁXIMO DE 4MG/KG CÁDMIO: MÁXIMO DE 2MG/KG CHUMBO: MÁXIMO DE 4MG/KG	AMBIENTALY ND. E COM. PROD. QUIMICOS LTDA CNPJ: 73.709.958/0008-04	196.000 KG	R\$ 1,02

	CROMO: MÁXIMO DE 22MG/KG MERCÚRIO: MÁXIMO DE 0,4MG/KG SELÊNIO: MÁXIMO DE 4MG/KG FENOL: AUSENTE RESÍDUO INSOLÚVEL EM ÁGUA: MÁXIMO DE 0,01% ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO FORMA: LEVEMENTE VISCOSO COR: INCOLOR			
03	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA A 30%, A GRANEL PRODUTO PRÓPRIO PARA SER UTILIZADO EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL. PRODUTO QUÍMICO PARA FINS DE CORREÇÃO DE PH DA ÁGUA FILTRADA DO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO, CONFORME NORMA ABNT NBR 15784/2023(PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO), ABNT NBR 14725:2023 PRODUTOS QUÍMICOS — INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE — ASPECTOS GERAIS DO SISTEMA GLOBALMENTE HARMONIZADO (GHS), CLASSIFICAÇÃO, FDS E ROTULAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS E ANEXO XX DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTERADO PELA PORTARIA Nº 888/2021. FORNECIDO PRONTO PARA APLICAÇÃO. <u>PARÂMETROS:</u> HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (Ca(OH)_2): 30 A 32% SUBSTÂNCIAS REATIVAS AO HCl (CaCO_3): MÁXIMO DE 1,80% M/M SÍLICA + RESÍDUO INSOLÚVEL (SiO_2 + RI): MÁXIMO DE 0,50% ESTABILIDADE DA SUSPENSÃO 24H: MÍNIMO DE 95% MASSA ESPECÍFICA: 1,10 A 1,30 G/ML RETIDO EM PENEIRA DE 0,075 MM: MÁXIMO DE 1,50% VISCOSIDADE COPO FORD 06 MM: MÁXIMO DE 17 SEGUNDOS DIOXINAS E FURANOS, IMPUREZAS METÁLICAS/METAIS PESADOS, FLUORETOS, RADIONUCLÍDEOS: EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15784/2023 E ANEXO XX DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTERADO PELA PORTARIA Nº 888/2021 E METODOLOGIA DE ANÁLISE BASEADA NA ABNT NBR 10790/2016.	DRYLLER IND. COM DE HIDROXIDOS LTDA CNPJ: 08.444.204/0002-04	70.000 KG	R\$ 0,89
04	HIPOCLORITO DE CÁLCIO GRANULADO COM 65% DE CLORO, EM BALDE PRODUTO FORNECIDO NA FORMA SÓLIDA DE COLORAÇÃO CLARA, COM ODOR CARACTERÍSTICO, PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO, CONFORME NORMAS ABNT NBR	BIDDEN COMERCIAL LTDA CNPJ: 36.181.473/0001-80	6.000 KG	R\$ 22,84

	15784:2023, ABNT NBR 14725:2023, ANEXO XX DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTERADO PELA PORTARIA Nº 888/2021. FORNECIDO EM EMBALAGEM DE 10 KG, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. <u>PARÂMETROS:</u> CONCENTRAÇÃO (CLORO ATIVO): ENTRE 63,8 E 67% GRANULOMETRIA # (14 - 50 MESH): 95 A 100% UMIDADE: MÁXIMO DE 10% ASPECTO VISUAL: SÓLIDO GRANULADO			
05	CLORETO DE SÓDIO, EM SACARIA SAL GRANULADO OU GROSSO, SEM IODO, PENEIRADO E LAVADO PARA USO EM GERADOR DE HIPOCLORITO DE SÓDIO. GERADO IN LOCO POR MEIO DA ELETRÓLISE DE SOLUÇÃO AQUOSA DO CLORETO DE SÓDIO, SENDO ENTÃO UTILIZADO NA DESINFECÇÃO DA ÁGUA PREVIAMENTE TRATADA. PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO. ISENTO DE IMPUREZAS COMO FERRO, CIANETO, IODO, MERCÚRIO, ARSÊNIO, CÁDMIO, CHUMBO, NÍQUEL, ANTIMÔNIO E SELÊNIO. O PRODUTO DEVERÁ TER PUREZA OTIMIZADA PARA TRATAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, NÃO DEVENDO SER PRODUZIDO ATRAVÉS DE MATÉRIA-PRIMA RECICLADA, NÃO CONTER QUAISQUER SUBSTÂNCIAS EM TEORES INIBIDORES OU TÓXICOS AOS SERES VIVOS EM GERAL E QUE VENHAM A SER CONFERIDA A ÁGUA TRATADA. O PRODUTO NÃO DEVE FERIR LEGISLAÇÕES PERTINENTES, ESPECIALMENTE A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/2017 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ALTERADO PELA PORTARIA Nº 888/2021 OU OUTRA QUE A SUBSTITUA. FORNECIDO EM SACOS DE RÁFIA LAMINADO, VALVULADO POLIETILENO DE 25 KG. COM VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES. <u>PARÂMETROS:</u> NaCl: 99,0-100 % (BASE SECA) RESÍDUOS INSOLÚVEIS: 0,05-0,1% UMIDADE: 1,0-3,0% CÁLCIO (Ca²⁺): 0,03 - 0,07% MAGNÉSIO (Mg²⁺): 0,02-0,05% DUREZA TOTAL: 500-1600 PPM SULFATO (SO₄): 0,1-0,25% IODO: MÁX. 10MG/KG FERROCIANETO DE SÓDIO: MÁX. 10PPM <u>PROPRIEDADES ORGANOLÉPTICAS:</u> APARÊNCIA FÍSICA: CRISTALINO, ISENTO	FRACASSADA	50.000 KG	

	DE IMPUREZAS COR: BRANCO ODOR: INODORO SABOR SALINO: SALGADO PRÓPRIO ASPECTO: SÓLIDO			
06	SULFATO DE ALUMÍNIO GRANULADO-PÓ ISENTO DE FERRO, EM SACARIA PRODUTO PRÓPRIO PARA UTILIZAÇÃO EM TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO, CONFORME NORMA ABNT NBR 15784:2023 – PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, ABNT NBR 14725:2023 – PRODUTOS QUÍMICOS — INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE. O PRODUTO DEVE SER EMBALADO EM SACOS RESISTENTES, DE FILME PLÁSTICO, COM CONTEÚDO LÍQUIDO DE 25 KG E QUE APRESENTE NA EMBALAGEM O LOTE DO PRODUTO, A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. <u>PARÂMETROS:</u> ASPECTO: SÓLIDO, DE BRANCO A MARROM CLARO ALUMÍNIO TOTAL SOLÚVEL EM ÁGUA (EM MASSA COMO Al_2O_3): MÍNIMO 16% FERRO TOTAL SOLÚVEL EM ÁGUA (EM MASSA COMO Fe_2O_3): MÁXIMO 0,02% ACIDEZ LIVRE (EM MASSA COMO H_2SO_4): MÁXIMO 0,5% BASICIDADE (EM MASSA COMO Al_2O_3): MÁXIMO 0,4% RESÍDUO INSOLÚVEL EM ÁGUA (EM MASSA): MÁXIMO 1,0 % PENEIRA 11,2 MM (EM MASSA PASSANTE): MÍNIMO 100% PENEIRA 0,84 MM (EM MASSA PASSANTE): MÁXIMO 30%	FRACASSADA	2.500 KG	
07	ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO, EM PASTILHAS PASTILHAS DE ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO; TRICLORO; TRICLORO TRIAZINA TRIONA, COM FÓRMULA QUÍMICA: $C_3Cl_3N_3O_3$ TABLETES CILÍNDRICOS DE 200 GRAMAS CADA, PARA SER UTILIZADO NA DESINFECÇÃO DO EFLUENTE TRATADO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA. <u>PARÂMETROS:</u> CONCENTRAÇÃO DE CLORO ATIVO: MÍNIMA 90% UMIDADE: MÍNIMO 0,5% ASPECTO VISUAL: TABLETE BRANCO COMPACTO ODOR: CARACTERÍSTICO DE CLORO PH A 1%: ENTRE 2,5 E 3,0 DENSIDADE: >0,74G/CM³ SOLUBILIDADE: 25G/100ML EM ÁGUA	GR IND. E COM. DE PROD. QUÍMICOS S.A. CNPJ: 03.157.268/0005-53	360 UN.	R\$ 3,00

08	ANTIESPUMANTE A BASE DE SILICONE, EM BOMBONAS EMULSÃO ANTIESPUMANTE À BASE DE SILICONE POLIDIMETILSILOXANO, USADO NO TRATAMENTO DE EFLUENTES. ATUA NO ENFRAQUECIMENTO DA PELÍCULA DAS PEQUENAS BOLHAS DE ESPUMA, FAZENDO-AS COALESCER EM BOLHAS MAIORES. ISTO PERMITE O FÁCIL ROMPIMENTO DA ESPUMA NA SUPERFÍCIE DO LÍQUIDO. POSSUI AÇÃO DESAERANTE, ANTIESPUMANTE E EVITA A FORMAÇÃO DE NOVA ESPUMA. PODE SER APLICADO EM MEIOS ÁCIDOS, NEUTRO E ALCALINO. TAMBÉM ATUA EM TEMPERATURAS MAIS ALTAS. PODE SER APLICADO PURO OU ATRAVÉS DE UMA DILUIÇÃO EM ÁGUA. <u>PARÂMETROS:</u> ASPECTO (ESTADO FÍSICO E COR): LÍQUIDO BRANCO A BEGE ODOR E LIMITE DE ODOR: CARACTERÍSTICO PH: ENTRE 6,0 E 8,7 DENSIDADE: ENTRE 0,95 A 1 G/CM³ SOLUBILIDADE: SOLÚVEL EM ÁGUA	FRACASSADA	540 KG	
09	POLÍMERO CATIÔNICO, EM SACARIA POLÍMERO CATIÔNICO UTILIZADO EM PROCESSOS DE SEPARAÇÃO SÓLIDO/LÍQUIDO, ESPESSAMENTO E DESIDRATAÇÃO DE LODOS. EFICAZ NA REDUÇÃO DO VOLUME DE LODO GERADO, FACILITANDO O MANEJO E O DESCARTE. MISTURA DE ETHANAMINIUM, N,N,N-TRIMETHYL-2-[(1-OXO-2-PROPENYL)OXY]-, CHLORIDE, POLYMER WITH 2-PROPENAMIDE (PESO: >85%, N°CAS 69418-26-4), ÁCIDO ADÍPICO (PESO: <=2,5%, N°CAS 124-04-9) E ÁCIDO AMINOSULFÔNICO (PESO: <=2,5%, N°CAS 5329-14-6). CLASSIFICADO E ROTULADO DE ACORDO COM A ABNT NBR 14.725. <u>PARÂMETROS:</u> APARÊNCIA: SÓLIDO GRANULADO BRANCO CARÁTER IÔNICO: CATIÔNICO TAMANHO DAS PARTÍCULAS: MAIOR QUE 2 MM: MENOR OU IGUAL 2% MENOR QUE 0,15 MM: MENOR OU IGUAL 6% DENSIDADE: 0,75 DENSIDADE DE CARGA: MÉDIO PESO MOLECULAR: ALTO PH: ENTRE 2,5 A 4,5 EM 5G/L VISCOSIDADE BROOKFIELD: EM 5G/L: 285 CP; EM 2,5G/L: 115 CP E EM 1G/L: 43 CP.	SNF BRASIL COMERCIAL QUIMICA LTDA CNPJ: 00.934.286/0001-82	1.000 kg	R\$ 12,90

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos nesta Ata, no Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2024 e obedecendo ao seguinte:

I – Sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço corrente, comprovando o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade e procedendo a respectiva alteração na Ata, caso haja a concordância do Detentor do Registro. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, respeitados os contratos já firmados.

II – Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Órgão Gerenciador poderá convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

III – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

IV – Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela detentora da Ata de Registro de Preços, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e planilha detalhada do custo e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes. A Consultoria Jurídica do município analisará e decidirá sobre o pedido de reequilíbrio e, mediante parecer, o Órgão Gerenciador providenciará a alteração na Ata de Registro de Preços, caso acate o pedido ou, se indeferido, o licitante poderá ser liberado do compromisso assumido.

V – Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se, no mínimo, a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do licitante e aquele vigente no mercado à época do registro.

VI – Serão considerados preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo SAMAE para os bens.

VII – As alterações dos preços registrados oriundas da revisão dos mesmos serão comunicadas aos Participantes e publicadas no Veículo Oficial de Divulgação dos Atos Oficiais do SAMAE de Rio Negrinho e no site: <http://www.samaerne.sc.gov.br>.

VIII – Fica facultado ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

IX – A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do SAMAE de Rio Negrinho, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data da autorização do SAMAE.

X – Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata de Registro de Preços não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na Presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas seguintes situações, além de outras previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2024:

I – No caso do fornecedor classificado recusar-se a atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

II – Na hipótese do detentor de preços registrados descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

III – Na hipótese do detentor de preços registrados recusar-se a fornecer o bem registrado, quando solicitado pelos participantes do SRP;

IV – Na hipótese do detentor de preços registrados não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

V – Nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o SAMAE.

VI – E inda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

Subcláusula Primeira: A comunicação do cancelamento do registro de preços, nos casos previstos na cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovante dos autos do processo que deu origem ao cancelamento.

Subcláusula Segunda: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Veículo Oficial de Publicação dos Atos Oficiais do

SAMAE de Rio Negrinho, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro de preços a partir de 05 (cinco) dias úteis contados da data da publicação.

Subcláusula Terceira: Fica assegurado o direito à defesa e ao contraditório nos casos de cancelamento de registro de preços de que trata esta Cláusula, sendo oferecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência do cancelamento, para interposição do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES PARA AQUISIÇÃO

As aquisições de bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Ordem de Compra, emitida conforme disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2024, obedecidos os procedimentos estabelecidos na Cláusula Quinta desta Ata.

Subcláusula Primeira: Caso o fornecedor não cumpra o prazo estabelecido na Ordem de Compra ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e nesta Ata.

Subcláusula Segunda: Neste caso, o Participante poderá, com a prévia autorização do Órgão Gestor convidar, sucessivamente, por ordem de classificação, os demais licitantes, os quais ficarão sujeitos às mesmas condições previstas para o primeiro classificado.

Subcláusula Terceira: O fornecedor obriga-se a manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução desta Ata.

Subcláusula Quarta: O fornecedor será obrigado a atender todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes de SRP durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega do objeto prevista para data posterior à do vencimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO SOLICITADO

Os prazos e quantidades, a forma de entrega, retirada ou recebimento, e as demais condições de execução do objeto serão definidos na Ordem de Compra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

Os recursos financeiros para fazer face ao pagamento das aquisições advindas desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária: 719/2025.14.01.17.122.14.2.168.3.3.9.00 - Aplicações Diretas, do orçamento vigente do SAMAE.

Subcláusula Primeira: Após confirmação dos valores, este efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a entrega total dos produtos solicitados, mediante apresentação da Nota Fiscal da Mercadoria, devidamente vista pelo servidor responsável pelo recebimento, bem como revisão da mesma pelo Departamento de Compras.

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da ATA o licitante detentor do preço registrado deverá manter as condições de habilitação constantes do item 11 do Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2024.

Subcláusula Terceira: Fica vedada a antecipação de pagamento do objeto prestado, por força do que dispõe o § 2º, item III do Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, garantido o direito ao contraditório e à defesa, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até ser promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, além de ser descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2024 e das demais cominações legais, o licitante que:

I – Ensejar o retardamento da execução do certame;
II – Convocado dentro do prazo de validade de suas propostas:

a) não assinar a ata de registro de preços;
b) deixar de entregar documentação exigida no Edital;
c) não mantiver resposta.

III – Apresentar documentação falsa;

IV – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

V – Cometer fraude;

VI – Comportar-se de modo inidôneo;

VII – Fizer declaração falsa; ou

VIII – Cometer fraude fiscal;

IX – Cometer alguma das irregularidades constante do subitem 19 do edital de pregão eletrônico.

Subcláusula Primeira: O licitante classificado que convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de sua convocação, terá o seu registro cancelado e dela será excluído.

Subcláusula Segunda: Nenhuma penalidade será aplicada sem que seja concedido direito de defesa ao licitante, na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Órgão Participante, as sanções administrativas aplicadas ao licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços serão:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula Primeira: O licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços poderá ser apenado com Advertência nos seguintes casos:

I – Descumprimento de obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para Administração, independentemente da aplicação de multa;

II – Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao fornecimento dos bens contratados ou à Administração, a seu critério.

Subcláusula Segunda: O atraso injustificado no prazo de execução do objeto a ele vinculado implicará multa correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, do valor da inadimplência, até o limite de 15% (quinze por cento) desse valor.

Subcláusula Terceira: Na hipótese mencionada da Subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias, caracterizando o inadimplemento absoluto da obrigação, com lesão ao interesse público devidamente caracterizado, ensejará na exclusão do registro do mesmo na Ata de Registro de Preços, e a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do “caput” desta Cláusula, sem prejuízo da cobrança de multa de 30% (trinta por cento) ao mês, calculado sobre o valor total da inadimplência.

Subcláusula Quarta: A Suspensão Temporária do direito de licitar e contratar com a Administração poderá ocorrer, ainda, nas seguintes hipóteses:

I – Se o licitante, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução da Ata, por fatos graves;

II – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenha acarretado prejuízos para a Administração ou terceiros;

III – Execução insatisfatória do objeto, se antes já houver sido aplicada sanção de advertência;

IV – Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à Administração ou a terceiros, ensejando na exclusão do registro do mesmo na Ata de Registro de Preços;

V – Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI – Apresentar à Administração qualquer documento falso ou falsificado durante a vigência do contrato.

Subcláusula Quinta: O licitante será declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração, na ocorrência dos seguintes casos:

I – Quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Administração, atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Administração ou, ainda, aplicações anteriores e sucessivas de outras sanções;

II – Se tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III – Se praticar atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

IV – Se demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

Subcláusula Sexta: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficarão a critério do Órgão participante.

Subcláusula Sétima: Sempre que não houver prejuízo para o Órgão participante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula Oitava: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que o licitante receber a intimação.

Subcláusula Nona: As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Órgão participante ou cobradas diretamente do licitante, amigável ou judicialmente, poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula Décima: Quando os créditos forem insuficientes para o pagamento das multas aplicadas, o licitante fica obrigado a depositar diferença através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Rio Negrinho, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os Signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Rio Negrinho, 20 de janeiro 2024.

VALDIR FIRMO CAETANO JÚNIOR
Diretor Geral

GLEDSON GUTIERREZ GOMES
Consultor Jurídico
OAB/SC 52.442

EMPRESAS DETENTORAS DO REGISTRO DE PREÇO

Empresa: GR IND. E COM. DE PROD. QUIMICOS S.A.
CNPJ: 03.157.268/0005-53
Nome do Representante: Gabriel Guedes Zinani
Cargo: Gerente de Licitações
CPF: 355.674.528-37
RG: 45.959.719-X SSP/SP

Empresa: AMBIENTALY ND. E COM. PROD. QUIMICOS LTDA
CNPJ: 73.709.958/0008-04
Nome do Representante: Amauri de Souza Junior
Cargo: Procurador – Depto. Licitações
CPF: 377.433.788-88
RG: 46.251.042-6 SSP/SP

Empresa: DRYLLER IND. COM DE HIDROXIDOS LTDA
CNPJ: 08.444.204/0002-04
Nome do Representante: Adriana dos Santos Dória Cardoso
Cargo: Representante Legal
CPF: 031.909.776-58
RG: MG 10.464.880

Empresa: BIDDEN COMERCIAL LTDA
CNPJ: 36.181.473/0001-80
Nome do Representante: Mabel Andrusievicz
Cargo: Sócia Administradora
CPF: 727.028.189-00

Empresa: SNF BRASIL COMERCIAL QUIMICA LTDA
CNPJ: 00.934.286/0001-82
Nome do Representante: João Araujo de Brito Junior
Cargo: Gerente de Vendas
CPF: 161.444.418-83
RG: 26.105.259-7